

CEDI - P. I. B.  
DATA 03 / 06 / 86  
COD. GPD 26

MÃE MARIA: EM ESTADO DE GUERRA, A  
PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO E DA VIDA  
TRIBAL

Iara Ferraz

Antropóloga\*

\* Relatório de viagem realizada entre 03 e 15 de fevereiro de 1985 (assessoria à Cia. Vale do Rio Doce).

Em meados de fevereiro passado, após dez dias de permanência junto aos Gavião de Mãe Maria - ou Comunidade Indígena Parkatêjê - não havia sido possível estabelecer, de forma definitiva, os termos de um "convênio" particular a ser firmado em breve com a Cia. Valé do Rio Doce. Este instrumento terá por objetivo regulamentar a utilização dos recursos oriundos da indenização recebida em novembro de 1984, por "perdas e danos" pela passagem da ferrovia de Carajás no interior do território indígena. No entanto, muitos elementos que virão, certamente, a compor esse convênio foram então discutidos.

Entendem os Parkatêjê que é necessário mais tempo e sobretudo tranquilidade para que se possa refletir sobre o futuro. No momento atravessam um período de grave crise, marcado por um conjunto de práticas (e representações de cunho simbólico) que remetem ao sentido da guerra, tal como concebido pelos grupos Jê, de um modo amplo. É agora o enfrentamento com os kupê ("civilizados") das redondezas que faz emergir um estado beligerante que lhes é característico: diante de rumores da iminente invasão do território pelos "posseiros", os jovens andam permanentemente armados com carabinas e revólveres, guardando dia e noite o espaço vital da aldeia. Os estereótipos que os Gavião-Parkatêjê apresentam em relação aos "posseiros" resultam muito das práticas - não raras vezes com uso de violência - utilizadas por diferentes agentes governamentais que acabaram por intervir na questão, com o intuito de "proteger" a área indígena de Mãe Maria.

Desde 1980, a invasão da porção sul daquele território tribal pela ferrovia de Carajás e pelos "posseiros do GETAT"<sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup> As 48 famílias assentadas em 1981 no Loteamento Flexeiras, situado no interior da área indígena, fato que não é reconhecido atualmente pelo GETAT.

além da intrusão do Sr. João Queiroz Filho, levaram ao acirramen-  
to de posturas autoritárias por parte dos representantes da Funai  
e da Polícia Federal, sob os auspícios do Convênio com a Cia. Va-  
le do Rio Doce. A manipulação desta situação vem se dando por di-  
ferentes segmentos, com interesses evidentemente diversos. Antes  
de 1980, os mapas então disponíveis na Ajudância da Funai, em Ma-  
rabá e, depois de 1980, no GETAT, embora já diferissem entre si,  
eram incorretos, uma vez que a delimitação da área indígena não  
fora aferida com o memorial descritivo do decreto nº4503 que, em  
1943, concedeu as terras aos Gavião. Esta aferição deveria ter  
ocorrido antes do assentamento promovido pelo GETAT entre abril  
e maio de 1981 e antes mesmo do próprio traçado da ferrovia.

Em 1982, quando a estrada de ferro Carajás atravessou  
definitivamente o território dos Gavião-Parkatêjê, a Funai e a  
Cia. Vale do Rio Doce efetuaram a sua redemarcação sem, no entan-  
to, completá-la no limite sul, dadas as pressões do GETAT. Em 1966,  
<sup>porém</sup> ~~ressaltar~~, a delimitação desta porção sul da área indígena fora  
executada sob o patrocínio do Sr. João Anastácio de Queiroz, che-  
fe político local e "proprietário" dos castanhais contíguos ao  
território dos Gavião, beneficiando-o nitidamente - ver mapa em  
anexo. Hoje, esta área se encontra aos cuidados de seu primogêni-  
to.

Se entre 1978 e 1980 - portanto, antes da atuação da  
GETAT e da Cia. Vale do Rio Doce na região - pequenos lavradores  
se defrontavam abertamente com os jagunços do Sr. João Queiroz  
Filho defendendo, inclusive, os "limites de respeito" do territó-  
rio indígena (a antiga picada), a partir da intervenção desses  
organismos e da própria Funai (à qual vieram a se aliar represen-  
tantes da Polícia Federal) o conflito se estendeu, na tentativa  
de envolver, de forma violenta, os Gavião-Parkatêjê e os "possei-

ros"

No entanto, através do mapa da área do Mãe Maria - em anexo - podemos observar que a medição de terras efetuada pelo Sr. João Queiroz Filho entre 1980 e 1981 (para fins de registro no GETAT?) beneficiou-o mais uma vez largamente, com a intrusão ainda maior verificada no território indígena. Cabe observarmos ainda que o aludido "proprietário" dispunha de duas glebas de terras com títulos de aforamento, cuja existência de registro no Cartório de Imóveis <sup>em</sup> de Belém carece de investigação minuciosa. Essas glebas eram parte constituinte do antigo "castanhal dos índios" - como era denominada e conhecida aquela porção até as margens do Tocantins - do qual a família Queiroz foi arrendatária preferencial durante anos consecutivos, através da interferência de um familiar que ocupara a posição de Inspetor Regional do SPI, em Belém.

No jogo de forças em questão, é claro e preocupante o papel repressivo desempenhado pelos agentes governamentais ali presentes, de modo discriminado, uma vez que o arbítrio só é exercido em relação aos pequenos proprietários, manipulados que foram, por sua vez, pelo GETAT. Embora esta atuação se dê pretensamente em defesa da área indígena, e que se constata é a crescente onda de violência desencadeada a partir da intervenção policial na faixa ao longo da ferrovia no interior do território tribal. A imagem da Cia. Vale do Rio Doce encontra-se seriamente atingida, uma vez que a população regional de baixa renda se resente não apenas do abandono a que foi relegada, mas agora da violência e dos maus tratos dispensados sob o patrocínio da Vale (através do Convênio).

O encaminhamento para a solução da crise que se forjou depende agora, a nosso ver, de uma mudança estrutural de ênfase,

de atitudes sobretudo por parte dos órgãos governamentais envolvidos. Uma direção mais adequada virá a ser através de uma negociação direta e efetiva entre posseiros e índios, com os seus respectivos advogados, em reunião conjunta com observadores indicados pelas partes, ambas originalmente prejudicadas pela atuação do GETAT.

A situação foi agravada com a intervenção de caráter violento que sucedeu aos acontecimentos que levaram à morte de um trabalhador contratado pelos Gavião, em emboscada ocorrida junto ao leito da ferrovia na madrugada de 9 para 10 de janeiro último. A Comunidade Indígena Parkatêjê decidira empreitar os serviços de dez regionais (de Morada Nova, km 12 da PA-332) para a demarcação definitiva do limite sul da área, interrompida em 1982 pela Funai dada a pressão do GETAT e dos "posseiros". Quatro trabalhadores saíram feridos e um morreu. A Polícia acusa os "posseiros" sem, no entanto, procurar os criminosos ou, possivelmente, os mandantes do crime.

Faz-se necessária agora uma trégua por parte dos representantes governamentais. Os métodos utilizados até então, embora se pretendam, como chamamos a atenção anteriormente, "defensivos" do território indígena (postos de vigilância, indivíduos fortemente armados, etc.), tendem a acirrar ainda mais os ânimos, interferindo negativamente para o encaminhamento de uma resolução da grande crise instaurada. Os "posseiros do GETAT" deverão ser removidos mediante indenização em terras, pagas as benfeitorias realizadas durante quatro anos de trabalho, - proposta que virá a ser discutida em breve, junto aos organismos competentes, já na Nova República.

Finalmente, seria oportuno o desenvolvimento de um sistema de divulgação junto à população das redondezas - através

dos sindicatos de trabalhadores, das escolas, igrejas, associações de moradores, etc. - acerca da presença indígena atual na região do Marabá (com mapas, filmes, fotografias, palestras, etc.) aliviando, de certa maneira, os estereótipos existentes em relação aos "índios", de um modo geral (e aos Gavião, em particular)<sup>2</sup>.

Os Gavião-Parkatêjê encontravam-se em "estado de guerra", manifesto pelo comportamento dos jovens, sobretudo, guardiães daquela sociedade. Diante dos inúmeros rumores que circulavam nas redondezas, especialmente no povoado mais próximo, Morada Nova, o "espírito beligerante" exaltado dos Gavião era ainda objeto de manipulação por parte de prepostos dos latifundiários - agentes de segurança que, sob o regime autoritário,<sup>3</sup> aproximaram-se dos Gavião - de quem chegaram a receber ofertas imorais e inescrupulosas de "armas modernas", como metralhadoras portáteis, forma de incentivo ao uso da violência extrema para com os "posseiros".

Ao mesmo tempo, os Parkatêjê sentem-se "imprensados" - esta foi a expressão utilizada certa ocasião pelo chefe Krohokrenhum, ao se referir ao avanço dos kupê, os "cristãos", "civilizados".

- "É ... eu já briguei muiiito ... briguei feio mesmo, rapaz!

... luta que o kupê nem viu (referia-se às guerras intragrupo anteriores a época de contato) Agora ... pra que essa 'fofoca'?(referindo-se aos rumores de "ataque inminente dos posseiros à aldeia, às ameaças de morte por eles sofridas recentemente) ...

Já não deixamos tanta terra pro kupê? Ainda quer vir me aborrecer, rapaz! Pra quê? Eu nem fiz nada com eles!? tou quieto aqui no meu canto! ..."

2 Este sistema de divulgação poderia ser estendido em relação aos outros grupos indígenas habitantes da região.

3 Marabá era considerada "área de segurança nacional" até recentemente (janeiro 1985).  
dezenho 1984

E no cotidiano da aldeia de Mãe Maria - por eles chamada Kaikoturé (um outro nome do próprio Krohokrenhum) - as corridas cerimoniais com as toras, todas as manhãs e os jogos de flechas ininterruptos, mesmo nessa época de "inverno", remetem ao exercício ritual das representações da guerra, onde o essencial, o que dá sentido à vida em sociedade é, exatamente, "vencer". E o futuro é o desafio maior para os Parkatêjê, hoje.

O "projeto" para 1985: fortalecimento da vida tribal

Ao lado da continuidade de uma assessoria antropológica e jurídica específicas, os Gavião decidiram que o "projeto" em 1985 deverá estar voltado para inúmeras discussões pormenorizadas e mais aprofundadas, em vista da elaboração e execução de um "convênio" particular a ser firmado entre a Comunidade Parkatêjê e a CVRD.

O desempenho do atual órgão tutelar, por sua vez, deverá ser redimensionado em função da instauração da Nova República no país. Antecipando-se às mudanças institucionais, os Gavião dispensaram todos os integrantes do quadro de funcionários da Funai (e através do Convênio com CVRD) que estavam no PI Mãe Maria. Uma outra sistemática de trabalho virá a ser desenvolvida pela assessoria da linguista, Prof<sup>a</sup> Leopoldina Araújo, da UFPA. Uma reunião geral ficou acertada com os Gavião-Parkatêjê para abril próximo, quando estas e outras questões serão tratadas, para o desenvolvimento sob a forma de "projetos" próprios à Comunidade. A ampliação da aldeia, o sistema de educação-informação, a atividade de criação de gado para a subsistência, além de estudos para a manutenção e preservação dos castanhais e da mata primária no interior do território indígena serão alguns dos assuntos abordados.

Em regime de urgência, no entanto, os Gavião solicitam à Cia. Vale do Rio Doce a liberação de um montante calculado em 350 milhões de cruzeiros, a serem retirados dos recursos da indenização paga em novembro de 1984, que se encontram depositados em uma caderneta de poupança em Belém, apenas em nome da CVRD e por decisão dela. Os recursos ora solicitados serão dispendidos no decorrer de 1985, mediante controle da Comunidade, com:

- pagamento de pessoal contratado - atualmente são seis trabalhadores (cinco que, com suas famílias, tomam conta dos roçados e um motorista) que recebem salário mínimo mensal;
- aquisição de mercadorias para abastecimento da Comunidade (gêneros alimentícios e munição);
- aquisição de combustível e lubrificantes.

São itens considerados indispensáveis à manutenção básica dos Gavião-Parkatêjê, necessários ao desempenho de todas as atividades que desenvolvem atualmente. Com estes recursos vão terminar a coleta da safra de castanha-do-Pará sem comprometer a comercialização antecipada de toda a produção com os exportadores de Belém (a título de "financiamento"). Até maio próximo, farão eles mesmos a limpeza dos roçados e a colheita da produção de arroz e milho - cerca de 75 hectares plantados em 1984, através de empreitada com trabalhadores regionais (o que levou a um dispendio de recursos volumosos).

Em relação ao montante depositado na Caixa Econômica Federal em Belém (a indenização paga em novembro de 1984) os representantes da Comunidade Indígena Parkatêjê solicitam que, a partir de abril próximo, seja adotada uma sistemática distinta, a saber:

- que a conta passe a ser conjunta (CVRD e Comunidade Indígena Parkatêjê) e transferida para a agência de Marabá;
- que os extratos bancários mensais sejam colocados à disposição da Comunidade, para fins de controle próprio;
- que os rendimentos dessa conta (por ora em Belém), ou melhor, os juros deverão continuar a ser creditados mensalmente na conta da Comunidade (CEF, em Marabá), sem que a Cia. Vale do Rio Doce complemente o montante (0,5%) até atingir uma quantia estipulada em novembro de 1984, em 30 milhões de cruzeiros<sup>2</sup>.

A movimentação da conta bancária em nome da Comunidade após a liberação dos 350 milhões solicitados, poderá se dar mediante a assinatura de três representantes dos Parkatêjê, procedimento que deverá ser recomendado pela CVRD e pela agência tutelar. O controle efetivo ("financeiro") dos recursos vai se dar através de um livro-caixa elaborado por um grupo de conselheiros tribais, nas reuniões diárias do pátio da aldeia, centro público, político e ritual de decisões da sociedade Parkatêjê. Cabe observar que esta sistemática lhes é familiar desde 1976 - embora, recentemente, tenham interrompido a sua prática - quando passaram a controlar, de forma autônoma, a comercialização de sua produção de castanha-do-Pará.

Devido ao acirramento dos conflitos verificado a partir de janeiro último - quando em emboscada morreu um trabalhador - os Gavião-Parkatêjê foram levados a contratar inúmeros trabalhadores regionais para a coleta da safra deste ano, fazendo

---

2 Esta questão ainda será discutida com o advogado da Comunidade, Dr. Carlos F. Marés de Souza Filho.

crescer as despesas com aquisição de munição e de mercadorias para o abastecimento de sua cantina. O acréscimo de cerca de 60 trabalhadores é substancial para uma Comunidade que conta com uma população de 200 indivíduos e este fator é claramente observado por seus componentes, a ponto de solicitarem também "pagamento em dinheiro, como os kupê" (sic).

Afora as pressões externas - exercidas por comerciantes locais, agentes bancários, etc. - existem também um elenco de pressões internas que pode engendrar mudanças mais profundas, a longo prazo, a nível da organização social do grupo. Embora acostumados a lidar com as diferenciações internas - o próprio sistema de classes de idade e de segmentação ritual são paradigmáticos entre os grupos Jê - as mudanças desencadeadas com a manipulação de grandes somas em dinheiro por parte de alguns componentes do grupo alteram substancialmente os parâmetros utilizados nessas diferenciações internas. Jökorenhum, irmão mais moço de Krohokrenhum e personagem influente na vida do grupo, afirmava:

- "É só uma "agradção" que a turma quer ... não é como salário" não! É só pra turma se animar, trabalhar alegre! sabendo que vai poder comprar uma coisa bonita! ... Agora todo mundo já viu como é ... quer comprar um brinquedo pro filho ... quer uma coisa bonita!"

Os Parkatêjê pretendem manter apenas os seis trabalhadores permanentes por eles contratados - alguns há mais de três ou quatro anos - para serviços nos roçados em pontos estratégicos de ocupação do território. Acreditam que, deste modo, as despesas com a manutenção da Comunidade poderão diminuir relativamente embora, ao lado da inflação, a especulação de preços na região (em virtude do fenômeno da garimpagem) tendam sempre a crescer desme-

suradamente. Estão sendo buscadas formas de contenção de gastos, por exemplo, com a utilização do depósito para combustível, recentemente adquirido, com capacidade para 10.000 litros, permitindo estocagem para dois meses (ou mais) de consumo.

Mais complexo, no entanto, é conter atualmente as inúmeras pressões dos comerciantes locais e regionais, agentes bancários e tutelares, concededores das "indenizações" recebidas ultimamente pelos Gavião-Parkatêjê.

Em relação à vigência do Convênio CVRD-Funai, os Gavião-Parkatêjê aguardam uma definição quanto aos critérios para a distribuição daqueles recursos, o que vai determinar a sua disponibilidade real para a Comunidade implicando, inclusive, em alterações em relação à solicitação apresentada (dos 350 milhões). O que caberá a Funai? Indagam eles. O "Posto" continuará a ser mantido por quem? Indagam eles. Há momentos em que os gastos com deslocamentos de doentes, por exemplo, são grandes. É o "governo" ou a Comunidade quem deve arcar com essas despesas?

Durante a primeira quinzena de março, através de inúmeros telefonemas, um dos representantes da Comunidade Indígena Par-katêjê solicitava resposta quanto à liberação dos 350 milhões de cruzeiros (a serem retirados do montante da indenização recebida em novembro de 1984). Por sua vez, a necessidade de formalização do "convênio" particular entre a Comunidade e a CVRD, estipulada no documento firmado em 1984, impediu que os recursos solicitados fossem liberados, o que veio a desagradar profundamente os representantes da Comunidade (cabe observar que o desejo de imunidade às gestões burocráticas é um fator relevante sob a perspectiva dos Gavião).

Antes de partirmos para o campo (ainda em fins de janeiro p.p.) havia uma orientação explícita por parte da CVRD no

sentido de que não mais haveria, em 1985, dispêndios de recursos do Convênio CVRD-Funai com "obras" ou "equipamentos". No entanto, após a minha saída da área de Marabá<sup>3</sup>, representantes da "Asplan" (o departamento da Funai encarregado de lidar com o Convênio) e da delegacia regional de Belém estiveram na aldeia dos Gavião-Parkatêjê para "decidir" o cronograma de aplicação de recursos do Convênio CVRD-Funai, para 1985.

Este procedimento veio a contradizer uma orientação inicial e retirar a legitimidade da assessoria que ora prestamos, tornando a situação extremamente confusa para uma tomada de decisão por parte dos representantes da Comunidade. Esta reunião deveria ter sido realizada, a nosso ver, à mesma época de nossa estadia na aldeia, e não posteriormente, como ocorreu. Uma vez que ainda não foram discutidos os critérios para a distribuição dos recursos do Convênio - ao que se alia a indefinição do futuro da agência tutelar - torna-se ainda mais difícil para as sociedades indígenas envolvidas lidar com uma situação onde acaba havendo interferências de setores distintos, cuja legitimidade para tomada de decisões passa por duvidosa.

Por enquanto, os componentes da Comunidade solicitam que as visitas do médico e do dentista contratados através do Convênio sejam mais freqüentes e integradas a uma concepção de saúde apresentada pelo grupo (e não de doença, tal como enfatizam as Equipes Volantes de Saúde)<sup>4</sup>. Esperam ainda uma denificação

<sup>3</sup> Não depus a  
~~cheguei a~~ me avistar como o titular da Ajudância que, junto com agentes da Polícia Federal, permaneceu no Posto de Vigilância no interior da área do Mãe Maria.

<sup>4</sup> A última visita da EVS ao Mãe Maria ocorreu em novembro de 1984. O longo intervalo parece ter prejudicado alguns tratamentos dentários, principalmente.

quanto ao desempenho do órgão tutelar no setor de educação, embora já estejam elaborando uma sistemática de trabalho com a Prof<sup>a</sup> Leopoldina Araújo, lingüista ligada à Universidade Federal do Pará.

Conforme mencionamos anteriormente, estão sendo dispensados pelos Gavião-Parkatêjê o atual chefe do Posto, a professora titular e a enfermeira que serão, provavelmente, substituídos, exceto o técnico agrícola, considerado desnecessário, de acordo com os componentes do grupo. Apenas a professora contratada através do Convênio deverá, por ora, permanecer no PI Mãe Maria. Desse modo, a própria estrutura administrativa da Funai a nível local - também de caráter hierárquico e autoritário - está sendo posta em questão neste momento de amplas redefinições. Convém lembrar, no entanto, que este procedimento dos Gavião já ocorreu em 1977, quando buscavam novos rumos para o processo de transformação ali desencadeado a partir da gestão autônoma da safra de castanha de 1976.

Como a questão da fiscalização do território Parkatêjê, desde a passagem da ferrovia de Carajás pelo seu interior, foi remetida pelos componentes do grupo aos cuidados da Cia. Vale do Rio Doce da Funai, mais uma vez foi reiterada a necessidade de realização de sobrevôos mensais de helicóptero em toda a área do PI Mãe Maria, juntamente com representantes da Comunidade. A pesar de ter sido recomendada em todos os relatórios anteriormente encaminhados à CVRD por esta assessoria, a medida não foi, contudo, implementada.

Cabe-nos, finalmente, uma observação que diz respeito ao uso simbólico e indevido de uma imagem dos Gavião-Parkatêjê fojada pelos meios de comunicações de massa, sob orientação da

Cia. Vale do Rio Doce. Parece-nos que, neste caso, dispensou-se a assessoria antropológica. Apresentar os Gavião, particularmente, como "beneficiários" da implantação da ferrovia (ou do Projeto Carajás), onde está sempre em foco inoportuno o montante da indenização paga pela CVRD é, no mínimo, um grande equívoco. A bem da informação idônea e democratizada, a real situação dos Gavião-Parkatêjê deveria ser apresentada ao público.

Com todos os investimentos realizados naquela porção do sudeste do Pará, os prejuízos para esse grupo tribal foram incalculáveis. É impossível querer afirmar o contrário, quando seu território foi retalhado com a abertura da rodovia PA-70 (hoje <sup>PA-332</sup>BR-322) e a atuação dos "grilheiros" de terras (em 1968), depois com a passagem da linha de transmissão de alta tensão pela Eletronorte (entre 1977 e 1981), com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (desde 1975). e, agora, com a implantação da ferrovia de Carajás e diante das perspectivas do chamado "Carajazão".

Ao contrário do que é veiculado com insistência pela televisão e, sobretudo, pela imprensa regional, não foram indenizações consecutivas em dinheiro que "beneficiaram" os Gavião. Elas foram o resultado de uma lenta e talvez premeditada destruição de um modo de vida tradicional que os obrigou a ter que reconstruir não só a aldeia - com materiais que hoje muitos deles reconhecem inadequados - mas uma forma de <sup>viver</sup> ~~viver~~, marcada pelo enfrentamento de incontáveis situações de crise.

A retração desse uso indevido da imagem recém-estereotipada dos Gavião-Partakêjê como "índios ricos" contribuirão, para um desenvolvimento mais adequado das relações concretas com os "civilizados" das redondezas, estas sim, fundamentais para a sua sobrevivência digna enquanto grupo tribal pioneiro da região tocantina.

OBSERVAÇÃO: Em anexo, além do mapa da área do PI Mãe Maria, que obtivemos recentemente junto à cúpula da Funai, em Brasília, encontra-se uma cópia do abaixo-assinado encaminhado à Procuradoria Jurídica da Funai em Brasília, em 15.02.85, por solicitação do Dr. Gerardo Fonseca e Silva, daquela PJ, para que seja instaurada ação judicial para a remoção do Loteamento Flexeiras e do Sr. João Anastácio de Queiroz Filho.